

**Processo nº:** 20.487/2013-e

**Origem:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

**Assunto:** Tomada de Contas Especial.

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidades e possíveis danos causados ao erário decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, a partir do exercício de 1995. Decisão n.º 1.949/2014: conhecimento da TCE objeto do Processo n.º 053.001.426/1996 e citação dos responsáveis. Decisão n.º 2.332/2015: conhecimento das defesas apresentadas e citação de um responsável, sobrestamento da análise das defesas. Decisão n.º 5.287/2016: conhecimento da defesa apresentada pelo Sr. Rogério Santos Soares, considerar iliquidáveis as contas em apreço, determinando o seu trancamento; aplicar, individualmente, aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza, Waltecides Pereira de Araújo, Rogério Santos Soares e Jairo Pereira Picanço, a sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC n.º 01/1994, no valor de R\$ 4.679,20. Decisão n.º 6.225/2016: conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Rogério Santos Soares, contra os termos da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016, conferindo-lhe efeito suspensivo. Decisão n.º 526/2017: conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Joaquim de Souza, contra os termos da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016, conferindo-lhe efeito suspensivo. Decisão n.º 6034/2017: determinar o sobrestamento dos autos em apreço até o deslinde do Processo n.º 32.351/2017-e. Decisão n.º 3.456/2022: autorizar o levantamento do sobrestamento dos autos, tendo em vista o deslinde da matéria tratada no Processo n.º 32.351/2017-e; rejeitar a preliminar de prescrição da pretensão punitiva em relação às sanções aplicadas nos autos, conforme os termos da Decisão Normativa nº 5/2021 e no mérito, negar provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Rogério Santos Soares e Antônio Joaquim de Souza, de modo a manter hígidos os termos da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016. Decisão n.º 1.915/2023: conhecimento dos documentos acostados ao feito; deferir o pedido de parcelamento encaminhado pelo Sr. Jairo Pereira Picanço; considerar o Sr. Waltecides Pereira de Araújo quite com os cofres públicos em relação à multa que lhe fora imputado por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016; determinar ao CBMDF, que proceda ao desconto em folha de pagamento dos valores das multas aplicadas individualmente aos Srs. Rogério Santos Soares e Edson César por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016, de R\$ 4.679,20. Decisão n.º 2.726/2023: conhecimento dos documentos juntados aos autos; considerar: cumpridas, pelo CBMDF, as diligências insertas nos itens III e VI da Decisão n.º 1.915/2023; o Sr. Rogério Santos Soares quite com os cofres públicos, em relação à multa que lhe fora imputada por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e Acórdão n.º 700/2016; determinar ao CBMDF, em face do recolhimento pelo Sr. Rogério Santos, via parcelamento, da multa aplicada ao responsável por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016, que suspenda os descontos implementados na remuneração do responsável indicado, restituindo as quantias eventualmente descontadas; autorizar o envio de cópia da Informação n.º 111/2023 – SECONT/1ªDICONTE e desta decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para subsidiar a adoção da medida prescrita no item III precedente e o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes. **Nesta fase:** análise de cumprimento de

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

Gabinete do Conselheiro Inácio Magalhães Filho

Proc.: 20487/2013-e

diligência. Unidade instrutiva opina por conhecer das documentações relativas à notificação e promoção da cobrança de multas imputadas pela Decisão n.º 5.287/2016 aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço e autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF para fins de arquivamento. Parecer ministerial em harmonia com a instrução. VOTO convergente, com ajustes redacionais.

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidades e possíveis danos causados ao erário decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, a partir do exercício de 1995.

Na Sessão Ordinária n.º 4.906, de 18.10.2016, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 5.287/2016** (e-DOC 446C0BBC), com o seguinte teor:

*“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 73 e 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da defesa apresentada pelo Sr. Rogério Santos Soares (fls. 160/175); b) da Informação n.º 59/2016 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 181/203); c) do Parecer n.º 348/2016–ML (fls. 204/226); II. considerar, com fundamento nos arts. 21 e 22 da LC n.º 01/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando o seu trancamento; III. **aplicar, individualmente, aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza, Walteciides Pereira de Araújo, Rogério Santos Soares e Jairo Pereira Picanço, a sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, no valor de R\$ 4.679,20** (equivalente a 20% do valor máximo previsto no “caput” do art. 182 do RI/TCDF), em razão das falhas observadas nos autos, a saber: **infringência à Lei de Licitações, especificamente, quanto à inobservância das condições gerais previstas na Carta Convite n.º 123/1996 (fls. 04/06) e também às atribuições contidas no artigo 34, inciso V, c/c o artigo 51, incisos I e II do Decreto n.º 16.036/1994, que dispõe sobre o Regulamento da Organização Básica do CBMDF bem como o não cumprimento das responsabilidades referentes ao acompanhamento e recebimento da obra com a devida elaboração dos Termos de Recebimento Definitivo – TRD’s; IV. aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO; V. dar ciência desta decisão aos interessados; VI. autorizar a devolução do feito à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para as providências cabíveis.”** (grifos acrescidos)*

Posteriormente, em 21.06.2023, o Tribunal prolatou a Decisão n.º 2.726/2023, nestes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 949/2023-CBMDF/GABCG (e-DOC 9D361911-c), encaminhado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, em atenção aos itens III e VI da Decisão n.º 1.915/2023; b) do comprovante de pagamento de Peça Eletrônica n.º 176, referente à quitação, via parcelamento,*

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

Gabinete do Conselheiro Inácio Magalhães Filho

Proc.: 20487/2013-e

pelo Sr. Rogério Santos Soares da multa imposta pela Decisão n.º 5.287/2016 e pelo Acórdão n.º 700/2016, bem como da solicitação, Peça Eletrônica n.º 175, do representante legal do citado responsável requerendo a suspensão da implementação de desconto na folha de pagamento do Sr. Rogério Santos Soares, pelo CBMDF; c) da Informação n.º 111/2023 – SECONT/1ªDICONTE (e-DOC BC853179-e); d) dos demais documentos carreados ao feito; II – considerar: a) cumpridas, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as diligências insertas nos itens III e VI da Decisão n.º 1.915/2023; b) o Sr. Rogério Santos Soares quite com os cofres públicos, em relação à multa que lhe fora imputada por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e Acórdão n.º 700/2016; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – determinar ao CBMDF, em face do recolhimento pelo Sr. Rogério Santos, via parcelamento, da multa aplicada ao responsável por meio da Decisão n.º 5.287/2016 e do Acórdão n.º 700/2016, que suspenda os descontos implementados na remuneração do responsável indicado, restituindo as quantias eventualmente descontadas; V – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 111/2023 – SECONT/1ªDICONTE e desta decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para subsidiar a adoção da medida prescrita no item III precedente; b) o encaminhamento desta decisão ao Sr. Rogério Santos Soares, na pessoa de seu representante legal; c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, com fundamento no art. 153, § 1º, do RI/TCDF.”

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA**

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 86/2024 – SECONT/1ªDICONTE (e-DOC 5803ABC8-e), ao verificar o cumprimento do recolhimento, pelos responsáveis, das multas que lhes foram aplicadas pela Decisão n.º 5.287/2016, se manifestou nos seguintes termos:

“3. Por meio da Anotação nº 352/2024-SECONT (e-DOC 81B03A89, peça 117), a Secretaria de Contas – SECONT informa a situação de cada um dos responsáveis arrolados neste feito:

Nome	Julgamento	Situação
Preluz Eder Ribeiro	Contas ilíquidáveis. Decisão nº5287/2016	Trancadas.
Waltecides Pereira de Araújo	Multa imposta no Acórdão nº 700/2016	Quite. Acórdão nº 199/2023
Rogério Santos Soares		Quite. Acórdão nº 258/2023
Jairo Pereira Picanço		Parcelamento da multa a pedido. Decisão nº 1915/2023
Edson César		Parcelamento da multa requisitada pelo TCDF. Decisão nº 1915/2023
Antônio Joaquim de Souza		Notificação por edital em 19/02/2024 (peça 207). Aguardando providências para cobrança.

4. Os Srs. Waltecides Pereira de Araújo e Rogério Santos Soares receberam a devida quitação pela multa a eles imposta no Acórdão

nº 700/2016 (eDOC 4ADF5808, peça 130, p. 52), conforme Acórdãos nos 199/2023 e 258/2023, respectivamente (e-DOCs 22A9FA5D e DACE9969, peças 158 e 190).

5. Por outro lado, por provocação da SECONT<sup>1</sup>, Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas – CADEM autuou os respectivos processos para acompanhar o recolhimento da multa aplicada no Acórdão nº 700/2016 (e-DOC 4ADF5808, peça 130, p. 52) aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço – Processos nos 00600-00006503/2024-04, 00600-00006306/2024- 87 e 00600-00006506/2024-30.

6. Convém remorar que o Sr. Preluz Éder Ribeiro teve suas contas julgadas ilíquidáveis, sem imputação de multa, conforme Decisão nº 5287/2016 (eDOC 4ADF5808, peça 130, p. 50-51).

7. Por fim, a Corte considerou cumpridas, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as diligências insertas nos itens III e VI da Decisão nº 1915/2023 (eDOC 770D0488, peça 157), conforme Decisão nº 2726/2023.

Ao final, sugeriu-se ao eg. Plenário que:

*“I. tome conhecimento dos Memorandos nºs 215, 226 e 227/2024-SECONT, Despachos-CADEM nos 161, 167 e 168/2024 e dos Processos nos 00600-00006503/2024-04, 00600-00006306/2024- 87 e 00600-00006506/2024-30, autuados para o acompanhamento dos recolhimentos das multas imputadas aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço; e*

*II. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências de estilo e posterior arquivamento.”*

As sugestões formuladas pelo Diretor da 1ª Dicont/Secont mereceram a concordância do titular da Secretaria de Contas – Secont/TCDF (e-DOC C6D811DB-e).

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 548/2024–G4P/ML (e-DOC D588A07A-e), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, após contextualizar o feito, manifestou-se de forma convergente com o corpo instrutivo.

É o relatório.

<sup>1</sup> “Memorandos nos 215, 226 e 227/2024-SECONT (e-DOCs FB0B619F, 1F1B5EDB e C63D1DD6, peças 211, 213 e 214).”



## VOTO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidades e possíveis danos causados ao erário decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, a partir do exercício de 1995.

O Tribunal, por intermédio da Decisão n.º 5.287/2016, no que interessa na presente fase processual, deliberou no sentido de aplicar, individualmente, aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza, Waltecídes Pereira de Araújo, Rogério Santos Soares e Jairo Pereira Picanço, a sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, no valor de R\$ 4.679,20.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 86/2024 – SECONT/1ªDICONTE, ao analisar o recolhimento das multas aplicadas aos responsáveis pela Deliberação n.º 5.287/2016, sustenta que os Srs. Waltecídes Pereira de Araújo e Rogério Santos Soares quitaram suas multas, nos termos dos Acórdãos n.ºs 199/2023 e 258/2023, respectivamente.

No que diz respeito aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço, a Secont/TCDF comunica o encaminhamento de ofício da Secont/TCDF ao Cadem/TCDF para a adoção das providências cabíveis quanto à cobrança das multas, bem como a resposta daquela unidade no sentido de autuação do Processo n.ºs 00600-00006503/2024-04, 00600-00006306/2024- 87 e 00600-00006506/2024-30 para acompanhamento da cobrança.

Ao final, sugere que o egrégio Plenário conheça dos documentos juntados aos autos e autorização para que os autos retornem à Secretaria de Contas/TCDF para providências cabíveis e posterior arquivamento.

O órgão ministerial converge com as sugestões alvitadas pela instrução.

Compulsando os autos, verifico que o ciclo de apreciação da TCE em epígrafe encontra-se encerrado. Por conseguinte, restaria aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço recolherem as multas impostas pela Decisão n.º 5.287/2016 e Acórdão n.º 700/2016, o que não ocorreu até o presente momento.

Assim, a meu sentir, não há óbice às proposições apresentadas pela unidade instrutiva e pelo órgão ministerial. Desse modo, não merecem quaisquer reparos às sugestões propugnadas nesta fase processual, motivo pelo qual acolho na íntegra os fundamentos lançados na Informação n.º 86/2024 – SECONT/1ªDICONTE e no Parecer n.º 548/2024-G4P/ML.

Feitas essas considerações, em harmonia com a unidade instrutiva e com o Ministério Público de Contas, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) dos Memorandos n.ºs 215, 226 e 227/2024-SECONT (e-DOCs FB0B619F-c, 1F1B5EDB-c e C63D1DD6-c) da Secretaria de Contas/TCDF, noticiando o envio das documentações necessárias à Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas/TCDF para o controle das multas impostas

aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço, pela Decisão n.º 5.287/2016 e Acórdão n.º 700/2016;

b) dos Despachos n.ºs 161, 167 e 168/2024 (e-DOCs D1C8BF25-e, 5D94BA11-e e 515D6997-e), informando que foram autuados os Processo n.ºs 00600-00006503/2024-04, 00600-00006306/2024- 87 e 00600-00006506/2024-30 para acompanhamento das multas impostas aos Srs. Edson César, Antônio Joaquim de Souza e Jairo Pereira Picanço, pela Decisão n.º 5.287/2016 e Acórdão n.º 700/2016;

c) da Informação n.º 86/2024 – SECONT/1ªDICONTE (e-DOC 5803ABC8-e);

d) do Parecer n.º 548/2024–G4P/ML (e-DOC D588A07A-e);

e) das demais informações juntadas aos autos;

II. autorize o retorno dos autos à Secont/TCDF para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2024.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator